

“Um choque ortodoxo”

por Cláudia Safatle
de São Paulo

Os ministros da área econômica estão numa encruzilhada. De um lado, tanto Mailson Ferreira da Nóbrega, da Fazenda, quanto João Batista de Abreu, do Planejamento, parecem convencidos de que, se o País precisa de algum “choque”, ele teria de ser eminentemente fiscal e monetário, e estão trabalhando nessa direção.

Ao mesmo tempo, se vêem premidos pela necessidade de medidas rápidas que quebrem a expectativa inflacionária e produzam resultados políticos mais favoráveis à realização das eleições de novembro próximo.

No espaço da “ansiedade” governamental, como definem assessores da área econômica, idéias como a aplicação de um redutor para preços e salários, preconizada pelo ex-ministro da Fazenda Mário Henri-

que Simonsen, encontram terreno fértil e ontem, passada a oportunidade da aplicação de um redutor para agosto, os defensores de medidas de impacto para reverter o quadro inflacionário acenavam com alternativas para serem aplicadas no início de setembro.

Uma possibilidade, na ótica desses técnicos, seria aplicar um redutor de preços e salários a partir do dia 1º de setembro, na faixa de 17%, percentual que representaria a taxa média de inflação do primeiro semestre deste ano e que desarmaria a URP de mais de 20% que reajustaria os salários em setembro. Na tese desses técnicos, a variação da OTN fiscal e do câmbio seria balizada por esse redutor, e a cesta básica, com forte influência na formação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), do IBGE, seria tabelada com base nos preços médios praticados em julho.

Idéias como essa fazem o ministro da Fazenda colocar as mãos sobre a cabeça, ciente de que ele está do insucesso de qualquer prática artificial que fuja do estrito controle do déficit público. E nesse enfoque ele tem plena concordância do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, autor da proposta do redutor. O ex-ministro deixou bastante claro, ontem, que sua proposta é de um “choque ortodoxo”, de profundo corte do déficit público e de uma política monetária cujas taxas de juro “subam o necessário para causar a queda da inflação”. Segundo Simonsen disse ontem ao editor Guilherme Barros,

deste jornal, no seu projeto o redutor “seria adotado apenas para quebrar a inércia inflacionária”.

O ministro da Fazenda recebeu o estudo de Simonsen na última quinta-feira, leu e não encontrou nas sugestões do ex-ministro as orientações para o primeiro passo: cortar o déficit público, cuja meta de 4% do PIB para este ano está cada vez mais distante de uma trajetória tranqüila. Nóbrega pediu aos seus assessores da Secretaria da Receita Federal que vasculhem o que for possível para aumentar as receitas, diante da estreita margem de manobra para alterar impostos no mesmo exercício.

Tanto no Ministério da Fazenda quanto na Seplan trabalha-se avidamente em busca de gastos que possam ser depenados. Alegam, porém, que mais do que decisões técnicas o governo carece de decisões

políticas, e, nessa linha, “os ministros da área econômica têm muito pouco a fazer”, comentou um assessor ligado ao ministro da Fazenda.

Ontem, logo após um encontro com o presidente em exercício, Ulysses Guimarães, o líder do PFL, deputado José Lourenço, declarou que “o governo necessita de apoio político para reduzir o déficit público, não só no custeio mas também em investimentos”, e disse ter recebido apoio de Ulysses Guimarães para, junto com o PMDB, liderar um movimento de respaldo político-partidário ao presidente José Sarney, segundo despachos da Agência Globo. “Nós preferimos perder as eleições municipais com uma inflação controlada do que ganhar e deixar o País com esta inflação. Isso que está acontecendo é uma selvageria.”

(Ver página 3)